

## O CINEMA NO ESPAÇO ESCOLAR E NA VIDA DO PROFESSOR

Maristela Silveira Pujol<sup>1</sup> - UFSM  
Bianka de Abreu Severo<sup>2</sup> - UFSM

Grupo de Trabalho – Formação de Professores e Profissionalização Docente  
Agência Financiadora: PIBIC / CNPq

### Resumo

O presente trabalho refere-se aos estudos que vem sendo realizados no *Projeto de Pesquisa Cartografando Experiências Formativas com o Cinema: Até onde a Sétima Arte pode chegar?*, desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Imaginário Social (GEPEIS), do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal de Santa Maria/RS. O artigo tem o intuito de dar visibilidade aos trabalhos do grupo GEPEIS, que vem estudando cinema com vista à formação de professores da educação básica da rede municipal e estadual de ensino no município de Santa Maria/RS. O referido projeto almeja (re) conhecer através da formação o lugar que o cinema ocupa na vida de professores e seus saberes, bem como identificar e analisar, a partir das interpretações presentes em suas narrativas, as tensões implicadas em seu exercício atual e, como o trabalho com o cinema se insere e/ou se localiza neste contexto. Para o alcance desse propósito, utilizou-se o método cartográfico visando compreender as potencialidades da relação entre o cinema e a educação, pensando a Sétima Arte como dispositivo de formação. Além disso, também foi utilizado o questionário como instrumento para obtenção dos resultados quanto às indagações a que o estudo se propõe. A relevância dos estudos sobre o tema “cinema” na Educação Básica, está pautada, sobretudo, na Lei 13.006, de 26 de junho de 2014 que torna obrigatório a exibição de duas horas mensais de filmes de produção nacional nas redes de ensino do Brasil, assim como, a necessidade de desenvolvimento de ações pedagógicas que corroborem com a qualidade de ensino. Dessa forma, buscaram-se bibliografias, como: Castoriadis (1982); Duarte (2002); Oliveira (2006), entre outros. Diante dos resultados obtidos, faz-se necessário que o cinema como um todo seja discutido nas escolas, salientando a relevância das produções nacionais que ainda são estereotipadas na visão dos professores.

**Palavras-chave:** Cartografando. Cinema. Professores. Formação. Lei 13.006/14.

<sup>1</sup>Licenciada em Educação Física/UFSM. Especialista em Educação Especial/UFSM. Graduanda de Pedagogia/UFSM. Bolsista no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Imaginário Social (GEPEIS).

E-mail: [didapujol@hotmail.com](mailto:didapujol@hotmail.com)

<sup>2</sup>Graduanda de Pedagogia/UFSM. Bolsista no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Imaginário Social (GEPEIS). E-mail: [biankadeabreu@hotmail.com](mailto:biankadeabreu@hotmail.com)

## **Introdução**

Os estudos que vêm sendo realizados no *Projeto de Pesquisa Cartografando Experiências Formativas com o Cinema: Até onde a Sétima Arte pode chegar?*, desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Imaginário Social (GEPEIS), do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal de Santa Maria, objetiva dar visibilidade aos trabalhos do grupo GEPEIS, desenvolvidos na formação de professores santa-marienses com o cinema na Educação Básica, no que se refere a (re) conhecer através da formação o lugar que o cinema ocupa na vida de professores e seus saberes em escolas públicas do município de Santa Maria/RS. Bem como, identificar e analisar, a partir das interpretações presentes nas narrativas, as tensões implicadas em seu exercício atual e, como o trabalho com o cinema se insere e/ou se localiza neste contexto.

Na pesquisa, utiliza-se o Método Cartográfico para compreender as potencialidades da relação entre cinema e educação, pensando a Sétima Arte como dispositivo de formação. A relevância dos estudos sobre o tema “cinema” na Educação Básica, está pautada, sobretudo, na Lei 13.006, de 26 de junho de 2014 que torna obrigatório a exibição de duas horas mensais de filmes de produção nacional nas redes de ensino do Brasil. Assim como, a necessidade de desenvolvimento de ações pedagógicas e Políticas Públicas para a Formação Professores, que corroborem com a qualidade de ensino.

### **Cartografando experiências formativas com o cinema**

O Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Imaginário Social (GEPEIS) tem sua fundamentação teórica embasada no campo teórico-metodológico do Imaginário Social de Castoriadis (1982). Participam deste grupo, bolsistas de Iniciação Científica, mestrando, doutorando, professores de Ensino Superior, professores santa-marienses de Educação Básica, além de parcerias realizadas com outras universidades, ONGs e instituições que desenvolvem projetos com o cinema.

Ao longo da caminhada de vinte e um anos do grupo GEPEIS, vários temas foram sendo incorporados ao Imaginário Social nas pesquisas, como: questões de gênero, poder, subjetividade, o cuidado de si, memória docente, corpo biográfico, dispositivos grupais, histórias de vida, cinema e educação, que tal como o Imaginário, procura abrir-se a novas perguntas que potencializem argumentos e ações para o desenvolvimento qualitativo

procurando superar e transformar antigas/novas inquietudes de formação no âmbito educacional.

Diante do que foi dito, destaca-se que no ano de 2012, o grupo GEPEIS estabeleceu uma parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), através da Prof.<sup>a</sup> Inês Assunção de Castro Teixeira, coordenadora do projeto - *Enredos da vida, telas da docência: os professores e o cinema* – para integrar o cinema aos nossos trabalhos e pesquisas voltados à formação de docentes, que tem como problema as relações, os enredos, significados, experiências e práticas docentes com o cinema.

Dando continuidade ao trabalho e parceria com o projeto da Prof.<sup>a</sup>. Inês, apresentamos uma nova proposta de pesquisa, a partir do tema já conhecido, pela necessidade de aprofundamento dos estudos ao passo que descobrimos cada vez mais a riqueza da relação entre cinema e educação. A diferença de nossa nova abordagem centra-se na escolha da cartografia como opção metodológica.

O desenvolvimento do projeto - *Cartografando experiências formativas com cinema: até onde a sétima arte pode chegar?*-, prevê, com as parcerias institucionais, o acompanhamento das relações e potencialidades de se pensar o cinema como dispositivo de formação dos professores. Para tanto, como metodologia busca-se na cartografia a ideia de pesquisa como acompanhamento de percursos, como um caminho contínuo, de caráter coletivo, em que para conhecer precisamos mergulhar no plano e acompanhar os processos, intervindo - o neste.

Neste sentido, a pesquisa se desenvolve com o acompanhamento dos grupos de formação, para responder as questões: Como o cinema, hoje, engendra-se nos cenários e enredos da escola, da docência e da formação como um todo? Por que falar e pensar o cinema na educação, na escola, na docência, no cotidiano da escola e nos processos educativos? Por que o cinema integra as mídias contemporâneas, nas quais as novas gerações estão enredadas? Questões como estas são pertinentes para compreender o desenvolvimento das ações do projeto, com o auxílio do método cartográfico.

Busca-se acompanhar as narrativas de gênero, de diversidade étnico-racial, de orientação sexual, infância e adolescência, inclusão, com isso objetivando atender as questões postas na formação, o que remete, ao trabalho com as biografias e (auto) biografias dos professores e de acadêmicos em Formação Inicial e Continuada, mediadas pelo dispositivo do cinema.

Encontramos na cartografia uma referência para construir caminhos e métodos compartilhados entre os grupos integrantes da pesquisa, pois é um conhecimento produzido de forma compartilhada a partir da problematização acerca do cinema como dispositivo de formação de professores capaz de produzir experiências estéticas, biográficas, (auto)biográficas e pedagógicas.

Ao assumirmos epistemologicamente o princípio que a pesquisa-formação é com os professores e não sobre eles, institui-se outro compromisso ético com a pesquisa em educação, afastando-se de lógicas e perspectivas denunciadoras das faltas, das mazelas, do que não têm sido feito, do que não tem acontecido. Mobilizando outra lógica de investigação, onde a implicação de todos garante a realização de experiências estéticas mediadas pelo cinema, potencializadoras de outros projetos de formação e de produção de conhecimento. Pode-se ainda, caracterizar nossa proposta de investigação com a prática de pesquisa, pois conforme Escóssia e Tedesco (2009, p. 100), “acreditamos que a cartografia, pela indissociabilidade que opera entre pesquisa e intervenção indica essa possibilidade de construção de domínios coletivos e metaestáveis, para além da mera observação ou descrição de realidades coletivas.”

Neste sentido, as biografias e autobiografias dos professores põem em evidência os registros significativos dos desafios de conhecimento com os quais se implicaram ao longo dos exercícios e experiências estéticas mediadas pelo cinema. Através da voz do professor nos aproximamos das recordações/referências, propiciando-lhes um diálogo consigo mesmo e a reflexão sobre se esses registros lhes expressam ou podem ser desconstruídos/reinventados (OLIVEIRA, 2006, p. 185).

Ainda, essas características trazidas pela autora demonstram o caráter contínuo do método que, diferente de outras abordagens, não faz separação dos momentos, como a coleta, análise e resultados. No caso da cartografia, tudo acontece ao mesmo tempo e os momentos estão interligados. Dessa forma, concomitantemente os dados serão analisados e pensados com a ajuda da abordagem hermenêutica, própria à compreensão de fenômenos que envolvem aprendizagens. A este respeito, Delory-Momberger (2008, p. 27), discorre:

a percepção e o entendimento do seu vivido passam por representações que pressupõem uma *figuração* do curso de sua existência e do lugar que nela pode ocupar uma situação ou um acontecimento singular. Essa atividade de *biografização* aparece assim como uma *hermenêutica prática*, um quadro de estruturação e significação da experiência por intermédio do qual o indivíduo se atribui uma figura no tempo, ou seja, uma história que ele reporta a um si mesmo.

Sendo assim, buscam-se nas narrativas dos professores, em suas aprendizagens, sentidos e significados construídos na experiência da participação na formação, o exercício reflexivo de suas vivências naquele espaço, o “olhar para si”, a importância do dispositivo como provocador na formação de suas vidas. Mas, como se constitui esse entendimento?

Para entendimento de um contexto, de um grupo, do outro, é importante pensarmos nossas próprias vivências, pois conforme Delory-Momberger (2008, p. 57), “[...] o princípio mesmo de uma ciência *humana* constrói-se com base na autorreflexão e na auto interpretação que o homem é capaz de realizar sobre si mesmo a partir de sua própria experiência de vida.”. Partindo desta perspectiva, com o aporte da abordagem hermenêutica, busca-se, entender o que representam as aprendizagens narradas pelos professores e o que foi observado durante os encontros.

Dessa forma, destaca-se a eficácia dessa metodologia em pesquisas sociais, como é o caso da Educação, em que encontramos ambientes múltiplos, com intensidades que merecem olhares mais sensíveis, aos quais não deixa escapar muitos detalhes e não limita os resultados.

### **Cinema e educação: narrativas de professores santa-marienses**

O tema Cinema e Educação nos permite criar um cenário rico em ideias relacionadas ao mesmo. Duarte (2002) traz referências importantes acerca da relação da Sétima Arte com a educação, mostrando que gostar de cinema está intimamente ligado à questão familiar e à condição social dos sujeitos.

No Brasil, a maioria da população que frequenta as salas de cinema é de pessoas que pertencem às classes média e alta da sociedade. Todavia, em uma sociedade permeada por mídias, outras formas de acesso são forjadas, o que promove a constituição de plateias através da difusão televisiva, dos cineclubes comunitários e, ainda, por intermédio da pirataria dos conteúdos audiovisuais.

A educação está intimamente ligada ao cinema de várias formas, pois este fornece novas percepções da realidade e crescimento intelectual, na medida em que o contato com os filmes amplia as visões de mundo das pessoas (DUARTE, 2002).

Os docentes que utilizam filmes como um recurso à reflexão e como fonte de conhecimento – buscando problematizar os enredos das obras com os contextos da realidade escolar e de cada estudante – percebem o potencial do audiovisual à formação pessoal e coletiva, resultando em práticas de socialização dos sujeitos.

Neste diálogo entre o cinema e a escola é estabelecido um espaço de aprendizado mediado pelo olhar do cinema. No entanto, por mais que esta relação seja percebida, é necessária a construção de uma cultura de valorização do cinema na escola, pois conforme Duarte (2002, p. 87), “[...] o cinema ainda é visto pelos meios educacionais como fonte de conhecimento”.

Neste momento estamos diante de um fato que faz com que o cinema entre na escola pelo viés de uma Lei que impõe obrigação. A partir da Lei 13.006/14, de 26 de junho de 2014 que acrescenta o § 8º ao artigo 26 da Lei 9394, de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, fica estabelecido:

Art.26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

[...]

§ 8º A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais (BRASIL, 2014).

A partir da inclusão da deliberação na Lei, muitas discussões e pontos de vista surgiram, assim como indagações de diversas ordens começaram a permear o imaginário de quem na escola trabalha, bem como de estudiosos do tema. Por enquanto, o que se tem, é que a partir de agora, a escola deverá adequar-se ao estabelecido, no entanto, o que resta saber é: de que maneira os professores recebem esta obrigatoriedade? Quais são as suas percepções imaginárias a respeito do cinema nacional? Como acreditam que essas obras podem ou devem ser compartilhadas no espaço escolar?

Entendendo estas dificuldades, as dúvidas e questionamentos que inquietam o professor, quando se vê frente a um desafio, nosso grupo de estudos e pesquisa – o GEPEIS –, desenvolve junto às escolas da rede pública do município de Santa Maria – RS, uma pesquisa que busca criar um espaço de diálogo a respeito do cinema nacional na escola; suas preferências e suas vivências com a produção filmica; que filmes utilizam em suas práticas pedagógicas e se nessa seleção filmica são contemplados as produções nacionais.

No referido estudo, está sendo utilizada como recurso metodológico a cartografia, por acreditarmos na ideia de pesquisa como acompanhamento de percurso, e para a coleta de

dados, o questionário é o instrumento aplicado aos docentes envolvidos nesta formação para a obtenção dos resultados. A análise consta da participação de dezenove (19) professores, os quais responderam as perguntas a partir de uma intervenção do GEPEIS, quando da visita às escolas.

A ação do projeto consistiu em apresentar o mesmo aos professores, seguido da exibição de um curta metragem nacional, que após foi discutido, deixando espaço para os professores apresentarem seus argumentos ou impressões sobre o filme em questão. Nesta oportunidade, aproveitamos também para apresentar a Lei, discuti-la e na sequência aplicamos o questionário.

O referido questionário é constituído de seis perguntas, que levam em conta a possibilidade da descoberta das impressões do cinema nacional de cada professor, bem como sua proximidade com este, sem deixar de questioná-los em relação à Lei 13.006/14.

## **Análise dos resultados**

Quando perguntamos sobre qual a visão do professor a respeito do cinema nacional, obtivemos respostas muito diversificadas, visto que comentaram em relação a conteúdos bastante repetitivos, à falta de divulgação, produção pouco atrativa em relação às produções estrangeiras, apelo sexual e linguagem vulgar. Neste ponto, foi possível perceber, que os professores ainda tem muito presente em seu imaginário à concepção do cinema nacional como algo sem qualidade, caracterizado nas obras da década de 70 (setenta), visto a citação feita pela grande maioria, referindo – se a pornochanchada. Partindo dessas impressões, dizem preferir as obras comerciais.

Entretanto, uma parte dos professores, se disseram favoráveis às produções nacionais, relatando que o cinema nacional está se modificando e apresenta melhor qualidade em relação há tempos passados, desconstruindo a imagem do cinema nacional como algo sem qualidade ou ruim. Essas respostas nos remetem ao cinema nacional como produto estigmatizado, por mais que se tenham apreciadores, ainda não é tido como recurso de apreciação em sala de aula.

Contudo, a afirmação não é condizente no momento em que respondem à segunda questão, que interpela sobre as obras nacionais que costumam assistir. A maioria alegou gostar de assistir obras nacionais, sendo elas: comédias, adaptações de obras literárias, produções infantis, filmes que fazem referência a críticas sociais e documentários. Portanto, entende-se que estes professores buscam conhecer a produção nacional e se interessam por outros temas

que não apenas àqueles que são abordados pelos cinemas comerciais. No entanto, foi possível identificar que os professores não distinguem o que é cinema do que é apenas audiovisual, fazendo-se necessário maior esclarecimento sobre o fato.

A preferência por determinado tipo de filme é algo muito particular, pois dependerá de muitos fatores, entre eles estão: o momento emocional que o expectador está vivendo, a companhia, o ambiente, o momento do dia, entre tantos outros bastante consideráveis. Fazendo referência a esta indagação, nos deparamos com respostas muito semelhantes, revelando o gosto de obras com abordagens sociais, críticas apresentadas nas mesmas, os cenários, as músicas e o elenco.

Muitas das impressões que obtivemos dos professores remetem a história do cinema brasileiro de décadas atrás, como traz Duarte (2002, p. 29-30):

o cinema brasileiro também teve iniciativas de industrialização. A ideia de fazer filmes e escala industrial, nos moldes em que eram realizados nos grandes centros produtores, levou à fundação, nos anos 1940, na cidade do Rio de Janeiro, da companhia Atlântida, que, em associação com a cadeia de exibição de Luiz Severiano Ribeiro, levaria às telas um número muito significativo de filmes, sobretudo chanchadas. Essas comédias de costumes, ambientadas muitas vezes em temas carnavalescos, foram recebidas com indignação pelos críticos, mas conquistaram apoio e fidelidade junto ao grande público por mais de quinze anos [...].

Assim, a visão predominante entre os professores vai ao encontro do cenário no qual o cinema nacional se desenvolveu, tendo as chanchadas, como motivo de crítica por uma parte do público, embora que muitos a apreciassem.

Alguns professores disseram não gostar da predominância de filmes apelativos com imagens de corpos nus e o excessivo uso da linguagem vulgar. Analisando estas respostas, podemos entender que mesmo que assistam obras de produção nacional, apenas conhecem o que é apresentado nos canais aberto de televisão e aqueles exibidos nos espaços comerciais.

Tem-se clareza a partir do apresentado, que o acesso às produções é algo distante da maioria dos professores e talvez seja esse o maior desafio na aplicabilidade da lei nas escolas. Devemos levar em conta que o ato de assistir a filmes nacionais não faz parte do hábito brasileiro, quando deveria ser o contrário. Há uma constante valorização pelo que vem de fora, como se fosse mais valioso, e isso não vale apenas ao que se refere a filmes, mas a todo tipo de produção. Devemos também considerar que o acesso às obras é algo muito difícil, visto a escassez quanto à disponibilidade de produções filmicas, além de esbarrarmos nas questões de pirataria. O mesmo assunto também é discutido por Fresquet (2015), quando

questiona sobre a Lei, salientando sobre o acesso aos filmes produzidos com recursos públicos e que, no entanto em seus editais não preveem sua exibição nem sua distribuição.

Assim, percebemos que a dificuldade é fato e para que seja revertida essa situação, se faz necessário que medidas legais sejam tomadas, possibilitando com isso, facilitar a prática do cinema nacional na escola.

A falta de interesse acaba se refletindo nas escolhas destes professores, quando da seleção de um filme para seu entretenimento, buscando na locadora ou assistindo nas salas de cinema. Esta afirmação é evidenciada nas respostas relacionadas às escolhas, presente na questão: O cinema nacional é sua primeira escolha de filme quando vai a uma locadora ou cinema?

Perante as respostas obtidas, ficou claro o desinteresse por nossas produções, visto que não é a primeira escolha feita pelos professores, quando o assunto é diversão. Desta forma, se faz perceptível o descontentamento e a falta de interesse, procurando assistir as produções estrangeiras. Nesta questão nos deparamos com revelações de alguns professores que se dizem contrariados a assistir filmes, por não ter o hábito devido a falta de interesse e gosto, preferindo outro tipo de diversão ou passa tempo, assim como houve quem dissesse não ter intenção de conhecer. Logo, percebemos que ainda existe muita resistência por parte dos professores em utilizar as obras nacionais e até mesmo assisti-las no seu momento de lazer. Sobre isso, Duarte (2002, p. 13) nos diz que “somos levados a admitir que o gosto pelo cinema, enquanto sistema de preferências está ligado à origem social e familiar das pessoas e à prática de ver filmes”. Assim, o aceite do assistir filmes e sua valorização é algo que se constrói no decorrer da vida do sujeito e no contato que ele possui com cinema, com isso podemos incitar que a escola ao trabalhar o cinema conciliado a educação, necessita visar a “competência para ver” o cinema no qual a arte em si é valorizada, evitando assim, a simples exibição como entretenimento.

Esta questão se vê propícia quando uma das perguntas feita se relaciona às obras que esses professores já utilizaram em sala de aula e se, em alguma delas, foram contempladas as produções nacionais. Por mais que alguns docentes dissessem conhecer e achar interessante as obras do cinema nacional que tratam de temas históricos e geográficos, a maioria afirmou não utilizar em suas aulas. Essa ausência de filmes nacionais em sala de aula mostra o desconhecimento do que vem sendo produzido no âmbito nacional.

Levando em consideração a recente implantação da lei do cinema nas redes de ensino, e através da obrigatoriedade, será possível conversar sobre cinema nas escolas, com maior

aceitabilidade e interesse, visto a falta de conhecimento sobre o assunto por parte dos professores e da escola em si.

A partir disso, quando questionados a respeito do conhecimento da Lei 13.006/14, dentre os 19 (dezenove) professores indagados, apenas dez deles, disseram ter algum conhecimento, no entanto não tinham clareza sobre a que se referia. Outros nove professores, revelaram não ter conhecimento algum sobre a referida. Importante registrar que apenas um professor diante o assunto questionado, vê a lei como uma possibilidade de conhecer mais sobre o assunto, ter uma nova visão frente ao tema, sendo esta uma necessidade diante da mesma.

Através da fala dos professores, durante esse processo de formação pudemos perceber que os mesmos sentiram-se motivados e pertencentes ao processo de constituição do saber, mediado pelo dispositivo cinema através de nossa proposta. Assim como, reconhecem a dificuldade de interagir de forma interdisciplinar com seus colegas e fazer a conexão do cinema com os conteúdos curriculares.

Alguns agravantes muito significativos devem ser levados em consideração quando se trata do envolvimento do professor com a proposta do cinema na escola, pois além das dificuldades apresentadas, ainda devemos considerar o tempo de duração das disciplinas, os baixos salários, o que induz muitos professores a desempenhar sua profissão através de extensas jornadas de trabalho em diferentes escolas, dificultando ainda mais a realização de seu planejamento contemplando o cinema, pois este requer pesquisa e apreciação para após ser apresentado aos alunos.

## **Considerações Finais**

Diante do exposto, pensa-se a importância do dispositivo cinema como provocador na formação de vida nas narrativas dos professores, em suas aprendizagens, sentidos e significados construídos na experiência da participação na formação, sendo que nossa pesquisa visa firmar o compromisso da universidade com a comunidade escolar santamariense, por meio da interlocução com os professores e as escolas, desafiando-os a pensar nas potencialidades da relação entre cinema e educação, tendo em vista a Sétima Arte como dispositivo de formação.

Há urgência de desconstruir o que fora instituído durante toda uma formação, seja ela formal ou informal sobre o cinema nacional, como se esta fosse inferior frente às produções estrangeiras. As possibilidades deste são múltiplas, mas não se pode atestar sua qualidade

apenas pelo que dele se ouve dizer, pois se faz necessário descobrir o que o cinema nacional tem a oferecer.

Devemos considerar que a valorização cultural deve ser enfatizada na educação, e o cinema, aliado à lei 13.006/2014, entra na escola com esse propósito, além de contribuir para com a atratividade das aulas e desrotular a escola como sendo um ambiente pouco interessante.

Se por um lado a lei é favorável à valorização cultural e artística de nosso país, por outro, temos que considerar que ainda não possibilita o acesso ao acervo de suas obras, pois, as escolas não disponibilizam as produções nacionais em suas bibliotecas, o que vem a dificultar aos professores cumprir mais facilmente com a lei.

O individualismo ainda presente entre os professores, embora que muito se tem falado em interdisciplinaridade como proposta que viabilizaria maior conexão entre as áreas de estudo, é algo que está presente nas escolas e impossibilita enriquecer as ações educativas criando barreiras ao aproveitando das peculiaridades do cinema, onde seria possível através deste ampliar conhecimentos de diferentes áreas de estudo.

Certamente muito há de ser construído e discutido sobre o cinema para que este possa ser reconhecido e aceito entre os membros escolares como uma rica e promissora fonte de conhecimento, relevante para a educação, assim como, muitas das carências deverão ser supridas, tais como, espaço físico e equipamentos para que os objetivos possam ser alcançados viabilizando o que é imposto.

Necessita-se saber: o que se pretende com a exibição filmica? Qual seu propósito? Onde se almeja chegar? Só então, após responder essas perguntas e sendo as respostas condizentes com uma proposta que vem ao alcance de um ensino de qualidade é que conseguiremos estabelecer as relações do cinema e educação, caso contrário será apenas “fazeção” e continuaremos a levar filmes às escolas para “preencher tempo”.

## REFERÊNCIAS

**BRASIL. Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf>. Acessado em 28 de agosto de 2014.

**CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DELORY-MOMBERGER, C. **Biografia e educação: figuras do indivíduo-projeto**. Natal: EDUFRN; SP: Paulus, 2008.

DUARTE, Rosália. **Cinema & educação**. BH: Autêntica, 2002.

FRESQUET, Adriana. (org.). Da obrigatoriedade do cinema na escola, notas para uma reflexão sobre a Lei 13.006/14. In: \_\_\_\_\_. **Cinema e Educação: A Lei 13.006. Reflexões, Perspectivas e Propostas**. BH: Universo Produção, 2015. cap. 1, p. 4-23.

OLIVEIRA, Valeska Fortes de. Narrativas e Saberes Docentes. In: OLIVEIRA, Valeska Fortes de. **Narrativas e Saberes Docentes**. Ijuí: UNIJUÍ, 2006.

TEDESCO, S. O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade**. POA: Sulina, 2009.